

O PAIUB EM UNIVERSIDADES FEDERAIS DA REGIÃO SUL E SUDESTE: TORMENTO OU PAIXÃO

Francisco de Assis Palharini*
Universidade Federal Fluminense

Qual tem sido a importância do PAIUB - Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - para as universidades federais? Como ele vem sendo implementado? Como ele está configurado nessas instituições? Uma vez decorridos aproximadamente cinco anos de existência, é possível encontrar evidências de que seus objetivos estão sendo atingidos? Responder a indagações como estas é contribuir para um balanço deste programa, e também, uma forma de aprofundar as reflexões sobre a avaliação institucional em nosso país.

Considerando a expressiva participação inicial das IFES, bem como o tempo transcorrido para maturação do PAIUB, podemos pressupor a existência das condições necessárias para compreender mais plenamente as formas pelas quais ele está implementando-se. Isto é, quais são os procedimentos avaliativos comumente utilizados, como sua institucionalização vem acontecendo, qual sua abrangência, quais as conseqüências da avaliação para o aprimoramento global e que referências estão sendo usadas para avaliar a inserção da Universidade no contexto da sociedade. Indo além deste propósito empírico, trata-se de buscar subsídios que possibilitem uma reflexão sobre as condições institucionais em que se processa uma proposta das IFES de exercer a autonomia, antecipando-se, propositivamente, ao Estado na implementação de um projeto próprio de avaliação (Leite e Bordas,1994; Leite,1997).

O núcleo central da proposta do PAIUB (PAIUB, 1993; ANDIFES, 1993) estabelece que a avaliação seja um processo descentralizado, participativo, aberto, criativo, voltado para uma reflexão crítica e para a redefinição de grandes objetivos acadêmicos e institucionais, que contemple informações quantitativas e qualitativas, sem caráter punitivo ou de premiação. E ainda, que promova a melhoria contínua da qualidade, que esteja relacionado ao processo de planejamento da instituição, que seja permanente e enfatize o ensino de graduação, abrangendo as questões de ordem administrativa e de gestão da Universidade.

* Professor do Departamento de Psicologia. Coordenador da Comissão Permanente de Avaliação Institucional da UFF - CPAIUFF. E-mail palharin@nitnet.com.br

Em função da complexidade de se empreender a avaliação da instituição, nos termos que o PAIUB propõe, tanto no que se refere ao tempo exigido, ao volume de esforços para levá-la a cabo, ao desenvolvimento de uma metodologia global, foi preconizada a ênfase na área do ensino de graduação. Essa ênfase, como ponto de partida, decorria da possibilidade de uma maior abrangência do universo institucional, tendo em vista seus respectivos desdobramentos, tanto interna quanto externamente. O pressuposto, aqui, é que qualquer identificação e resolução de problemas na área do ensino de graduação gera impacto imediato nas instituições e, por conseqüência, na sociedade. Pressupunha-se, ainda, que tal ênfase estimulava ações que atendessem à necessidade de constituir uma cultura institucional participativa da avaliação. No seu Primeiro Ciclo Avaliativo, relacionado à graduação, previa-se, segundo Leite (1994), um tempo de aproximadamente dois anos.

Mesmo considerando a existência de sensíveis dificuldades para investigar as repercussões do PAIUB, dada a necessidade de tempo para maturar propostas de superação da realidade detectada, nos pareceu pertinente investigar suas repercussões nos aspectos em que mais diretamente relacionados aos objetivos do Programa. Trata-se de abordar a questão, a partir das etapas a que o programa se propõe, suas implicações para com o projeto pedagógico de curso ou institucional e para com o planejamento institucional, além dos referenciais conceituais utilizados para processar a avaliação.

Um amplo estudo realizado por Sant'anna e Veras (1997) procurou responder a algumas destas questões, e também, traçar um perfil dos caminhos percorridos pelo PAIUB. Mas os dados de que dispunham se referiam ao período do edital inicial até o início de 1996, quando as experiências de avaliação externa nas universidades ainda estavam se iniciando. Este estudo forneceu um perfil significativo dos projetos que integravam o programa na sua totalidade, daquela época. As autoras ressaltam o fato de os dados terem sido coletados *“através dos projetos aprovados e dos relatórios parciais das instituições, já que os relatórios finais ainda não haviam sido encaminhados à SESu no momento da coleta dos dados, o que pode representar uma limitação nas informações”*. Em decorrência, ponderavam não ter sido possível investigar, de modo consistente, a repercussão da avaliação institucional em cada uma das instituições, embora assinalem que algumas apontaram mudanças concretas, definidas e desencadeadas a partir da avaliação.

Outro estudo amplo, conduzido por Trigueiro (1998), objetivava formar um quadro global sobre o desenvolvimento do PAIUB, enfatizando particularidades, no tocante ao tipo de instituição universitária (pública, privada, confessional, comunitária), além de ressaltar os aspectos problemáticos ou bem sucedidos, relativos à avaliação institucional. Trigueiro destaca, como principais conclusões, uma série de limitações do próprio programa e da sua evolução, bem como a inexistência de indicações de que os objetivos daquele programa estejam sendo atingidos.

Considerando que o momento em que tais estudos foram realizados era insuficiente para avaliar as repercussões e o efetivo desdobramento do processo, bem como que a diversidade de instituições contidas nas amostras, nos remetia a uma configuração muito geral, desenhamos este estudo. Nossa hipótese guia consistia em considerar que um quadro mais nítido, sobre o potencial de evolução do PAIUB, seria dado se nos propussemos a estudá-lo naquelas instituições comprometidas originalmente com a formulação da proposta do PAIUB e que já tivessem, pelo menos, iniciado a avaliação externa.

Metodologia

Para a consecução de nossa pesquisa, adotamos como metodologia combinar a análise de informações obtidas, a respeito da implementação do PAIUB, através de entrevistas semi-estruturadas com os coordenadores locais, com consultas aos documentos institucionais sobre questões relacionadas.

Optamos inicialmente por circunscrever a amostra das instituições às universidades federais, que já teriam, segundo a Coordenadoria de Avaliação da SESu, efetivamente iniciado o processo de Avaliação Externa¹. Acreditávamos que tal opção nos garantiria maior homogeneidade amostral e possibilitaria investigar o programa onde atingiu maior plenitude de realização. No entanto, a falta de confiança nas informações obtidas através da SESu, a respeito das instituições que comporiam a amostra e limitações de ordem financeira, levaram-nos a circunscrever a amostra a onze, das 17 universidades federais estabele-

¹ Em junho de 1998 realizamos consultas aos arquivos do PAIUB na SESu, a fim de colher dados que nos permitissem estabelecer a amostra segundo o critério estabelecido: universidades federais que já tivessem iniciado a avaliação externa, em pelo menos um curso. Verificamos além da inexistência de um acompanhamento sistemático que a consulta aos relatórios nem sempre fornecia as informações que desejávamos. Assim, adotamos como referência uma lista existente, em poder da Coordenadoria que continha os valores financeiros atribuídos a cada instituição, em cada etapa. Esta lista, também continha informações sobre o início da Avaliação Externa (algumas vezes à caneta).

cidas. Deste modo, a amostra ficou restrita as universidades federais da região sul e sudeste (UFRGS, UFV, UFSCAR, UFPM, UFRJ, UFF, UFMG, UFPEL, UFSM, UFPR, UFSC).

Utilizamos, para efeitos da coleta e tratamento dos dados três grupos de variáveis que denominamos de descritivas, de processo e as de repercussão. Por variáveis descritivas compreendemos as que descrevem a instituição nos aspectos relacionados diretamente ao processo de avaliação: origem da iniciativa do projeto (considerando características intrínsecas e extrínsecas da motivação; papel representado pelos conselhos superiores e formas de resistência ao processo manifestadas durante sua implementação); evolução do processo; formatação da comissão de avaliação; estabilidade da comissão; a presença ou não de plano de metas e/ou de projeto pedagógico; unidades e cursos envolvidos.

Por variáveis de processo, consideramos as que descrevem o processo, conforme propostas por Sant'anna e Veras (1997), e que tomam como referência os princípios e características do programa, tais como: proposição de novos indicadores, diagnóstico, avaliação interna e externa, reavaliação, avaliação da graduação, dos departamentos, disciplinas, currículos, cursos de pós-graduação, pesquisa, extensão, gestão, divulgação; e outras diretamente relacionadas, tais como: lugar de aprovação do projeto; existência de políticas de incentivo; continuidade do programa de sensibilização, forma de publicização dos resultados, participação da sociedade civil, de alunos e de técnico-administrativos.

Por fim, aquelas que denominamos de repercussão e que informam sobre impactos e desdobramentos do processo de avaliação na instituição. Trata-se daquelas que indicam a existência de reformulações institucionais setoriais e/ou gerais, que promovem explicações das relações internas e externas da instituição, se está sendo reformulado ou construído o plano de metas, seu projeto pedagógico, se produz diagnóstico setorial e/ou geral, bem como a natureza das repercussões.

A fim de abordar estas três variáveis, construímos um instrumento de coleta de dados (ICD) com 176 questões relacionadas ao processo de avaliação na instituição. As informações colhidas, com os coordenadores locais do programa, foram complementadas com consultas a documentos institucionais, como: relatórios gerais ou setoriais, projetos e publicações diversas. Cada uma das instituições foi pessoalmente por nós visitada.

Iniciávamos as entrevistas expondo os propósitos da pesquisa e o porquê da inclusão da instituição. Ressaltávamos ser nosso objetivo colher dados que permitissem compre-

ender a evolução do PAIUB e não avaliar o desempenho daquela universidade no tocante ao programa. Assumíamos o compromisso de, uma vez transcrita a entrevista, bem como, as anotações correspondentes às informações obtidas através dos documentos institucionais remetê-las, via *e-mail*, ao entrevistado para modificação e/ou complementação.

As entrevistas começavam com os itens relacionados às Proposições do Projeto Inicial (variáveis descritivas). Informava-se ao entrevistado que havíamos obtido algumas informações prévias, a partir do projeto, a respeito dessas questões, mas que considerávamos importante checá-las, de modo a assegurar a forma de compreensão do projeto por parte da instituição.

Na seqüência, destacávamos o histórico do processo na instituição e a importância dele ser compreendido através de dois momentos: o **momento 1**, relacionado à evolução da discussão e implementação da avaliação antes do projeto original do PAIUB e o **momento 2**, referenciado a partir do primeiro edital do PAIUB. À medida em que os demais itens eram abordados, procurávamos esclarecer seu significado para a instituição, confrontar diferentes respostas dadas, bem como solicitar documentos institucionais relacionados à avaliação em curso, que nos permitissem aprofundar a compreensão da resposta.

Análise dos Resultados

Antes de nos ocuparmos com a configuração e o padrão predominante do programa, cabe algumas considerações a respeito dos procedimentos metodológicos utilizados. Em primeiro lugar, ressaltamos o fato de a pesquisa ser conduzida em apenas 11 das 52 IFES. Acrescente-se o fato de, nas regiões alvo, existirem 18 universidades, tendo-se, assim, 7 instituições fora deste conjunto. Tais características da amostra limitam as possibilidades de generalização, que comumente ocorrem em estudos desta natureza. Ressalta-se, no entanto, o fato de que na amostra encontra-se um número significativo de instituições reconhecidas como de alto nível no conjunto das IFES e das universidades brasileiras.

Cabe, ainda, destacar o caso da universidade **A**, uma vez fugir à regra do que foi encontrado. A evolução do PAIUB neste caso assumiu uma abrangência considerável, tanto do ponto de vista dos setores envolvidos quanto das dimensões avaliadas. O principal motivo, ao que tudo indica, desta ocorrência foi tanto a determinação política de realizar a avaliação, por parte da reitoria, mas, especialmente, o fato de ter feito a opção por uma metodologia de trabalho que, agregada, apresentou uma direção à avaliação efetuada.

As entrevistas realizadas contaram com a presença do coordenador e/ou de toda a comissão. Em apenas dois casos não foi possível contatar o respectivo coordenador, em virtude do afastamento da comissão que conduziu os trabalhos anteriores e de que a nova comissão ainda não tinha sido constituída ou, então, era muito recente. Em um caso, a coleta de dados foi efetuada com a secretária da Comissão, indicada por conhecer em detalhes o processo e no outro por um dos remanescentes da comissão. Vale sublinhar que os entrevistados manifestaram sempre um desejo muito grande de colaborar para o sucesso da pesquisa e para a melhoria do PAIUB, aos quais mais uma vez agradecemos.

Com relação a amostra cabe sublinhar o fato de não ter atendido ao critério inicialmente estabelecido. Na verdade, a maioria das universidades sequer haviam iniciado a avaliação interna. A Coordenadoria de Avaliação, da SESu, colhe as informações sobre o andamento do programa em cada instituição, tanto através dos relatórios, quanto de informações verbais obtidas em Encontros Regionais do PAIUB e *workshops*, nos quais, muitas vezes, manifestam-se intenções ou previsões, que nem sempre se cumprem. Acrescente-se o fato de os relatórios serem bastante diversificados quanto à sua forma e conteúdo, dificultando a sistematização do acompanhamento realizado através dos relatórios, além de ser bastante precário o tratamento dado a este material². Muito embora os projetos e relatórios fossem adequada e detalhadamente analisados por membros do Comitê Assessor, não deixa de ser sintomático a ausência de uma sistematização no acompanhamento, controle e evolução do programa, bem como o tratamento dado aos projetos e relatórios.

Estas observações nos levam a supor que existiu, no mínimo, um desinteresse muito grande, por parte do MEC, em relação ao modo pelo qual o PAIUB vinha evoluindo. Com efeito, esse desinteresse já vinha se manifestando há alguns anos, conforme podemos verificar através do conjunto de medidas oficiais implementadas que tendem a esvaziá-lo, como é o caso do Provão e/ou das Comissões de Especialistas. É possível que a continuidade do apoio ao PAIUB, em termos financeiros e institucionais, tenha assumido, inclusive na gestão ministerial que se sucedeu a sua institucionalidade, razões de ordem tática. Afinal, as universidades estavam construindo bases de dados institucionais abordando as mais dife-

² Estamos nos referindo ao armazenamento e disponibilização dos projetos e relatórios apresentados. Estes eram, até o momento da coleta, colocados em caixas de papelão com a identificação correspondente, mas tal procedimento também era recente.

rentes dimensões, além do fato de os indicadores utilizados serem sistematizados de forma homogênea. Além do mais, não ofereceram resistências à coleta dessas informações, muito pelo contrário, estimularam-na. Assim, independentemente de outros resultados que o PAIUB possa vir a apresentar, ele representou, para o MEC, um poderoso instrumento de sensibilização dos professores e mesmo das instituições. Tudo em nome da legitimidade de que o PAIUB dispõe, na medida em que as universidades participaram de sua proposição.

No que tange à motivação para o processo de implementação do PAIUB, verificamos que, na sua grande maioria, o processo originou-se, segundo os entrevistados, muito antes do primeiro edital desse programa. Isso ocorrendo tanto por iniciativa das Reitorias, como por iniciativa de cursos ou departamentos, de forma isolada e assistemática. Na verdade, o processo de avaliação já vinha se configurando, embora de modo não institucionalizado, tanto que algumas das instituições tiveram papel importante por ocasião das discussões que culminaram com a apresentação do programa pela ANDIFES.

Independentemente dessa motivação intrínseca, há que se considerar a forte pressão política para a avaliação naquele período e o fato de a proposta ser originária da ANDIFES. Estes fatores agiram como poderosos indutores à participação. Eles foram consideravelmente reforçados na medida em que o MEC, ao acolher a proposta, abriu a possibilidade de prover recursos para financiá-la.

O papel do reitor é destacado, nas entrevistas, como sendo fundamental para a apresentação da proposta por ocasião da adesão ao PAIUB, através do primeiro edital. Contudo, de acordo com os depoimentos, os reitores, na sua maioria, não adotaram medidas mais concretas para a implementação do programa, isto é, pouco foi feito por eles a fim de garantir, efetivamente, apoio material e implementar de fato o processo de avaliação. O apoio, segundo os entrevistados, tendeu a ficar mais no nível discursivo e político. As gestões posteriores é que, de fato, implementaram o processo. Isso ocorreu mesmo em instituições que tiveram um papel relevante na formulação do programa.

Diante do exposto anteriormente, cabe algumas indagações que não podem ser respondidas com os dados disponíveis. Estavam os reitores, de fato, convencidos de ser esse caminho uma alternativa concreta? Se estavam, por que não o apoiaram de modo mais decisivo, inclusive materialmente? Afinal, as universidades envolvidas comprometeram-se com uma contrapartida financeira de pelo menos um terço do financiamento recebido. Cabe,

também, destacar o fato de ser esperado o envolvimento dos conselhos superiores (Conselho Universitário e Conselho de Ensino e Pesquisa), uma vez a avaliação proposta assumir um caráter institucional. Entretanto, verificamos, pelos relatos, que o papel desempenhado por estas instâncias não teve importância significativa no desencadeamento do processo. A exiguidade de tempo para a construção do projeto sem dúvida dificultou sua adequada tramitação nestes fóruns, mas, cabe também perguntar: por que mesmo depois de encaminhado o projeto, ele não foi mais alvo de interesse?

Quando o entrevistado não fazia menção às formas de resistência ao processo, indagávamos diretamente sobre o tema, inclusive destacando nosso interesse pelas posições que o sindicato assumia, ou os conselhos e departamentos. As respostas são unânimes ao declarar não ter ocorrido resistência organizada, nem qualquer outra forma de resistência significativa do ponto de vista institucional. Segundo os depoimentos, as “resistências” que se manifestaram assumiram a forma de: *“o sindicato não indicar membro para a comissão”*; *“o medo de ser avaliado”*; *“preocupação com a utilização dos resultados”*; *“crítica ao fato de a avaliação depender da opinião dos alunos”*; *“crítica ao fato de não se conhecer os resultados”*; *“crítica política à forma do processo”*; *“confronto da proposta com o projeto pedagógico institucional”*; *“preocupação com a questão da alocação interna dos recursos”*; *“não apresentar propostas de comissão local”*.

Essas respostas indicam falta de confiabilidade nas intenções da avaliação, na comissão e a percepção de que o processo não atende ao que se propõe. Tudo indica que tais atitudes tenham suas raízes no temor à avaliação que se disseminou em função da divulgação de lista de improdutivos da USP (Trindade, 1996), mas os entrevistados assinalam não caracterizarem um obstáculo consistente para a implementação do programa.

Os projetos, em sua grande maioria, foram formulados no ano em que o PAIUB foi aprovado (1993) ou então no período em que o primeiro edital de adesão foi publicado (1994). Alguns destes receberam restrições pelo Comitê Assessor, mas curiosamente verificamos que aquelas instituições que receberam tais restrições evoluíram significativamente na sua implementação e abrangência, quando comparadas às demais. É possível que, tendo em vista essas restrições, tenham recomposto internamente o programa, de modo a dar-lhe condições de funcionamento e maior consistência.

Esses projetos foram submetidos à apreciação em instâncias superiores da instituição, especialmente no CEP. Mas, o número de vezes em que relatórios foram apresentados aos conselhos superiores, ou que neles ocorreu discussões a respeito do processo, é inexpressivo, quando comparado com o tempo de duração do projeto na instituição. Destaca-se que, em pelo menos quatro instituições, o número de vezes em que o processo foi discutido nas instâncias superiores é igual a zero.

Quando aconteceu alguma discussão verifica-se que ela foi decorrente da necessidade de se recompor a comissão ou desta ter solicitado espaço para entrega de relatórios e apresentação de dados, ou pelo fato de o presidente da comissão ser integrante do Conselho e, portanto, naturalmente levar algumas informações sobre o andamento das atividades de avaliação. Esta ausência de discussão pode ser decorrente da dificuldade de comunicação entre a comissão de avaliação e essas instâncias. Mas, mesmo nas instituições em que membros dos respectivos Conselhos constituem a comissão, tornando, portanto, mais fácil a comunicação, isto também acontece.

O cumprimento da exigência de que as Comissões fossem independentes da estrutura burocrática e aprovadas por uma instância superior, estabelecida a partir da Convocação PAIUB n.º 2/96 da Comissão Nacional de Avaliação, somente foi observada em sete instituições. No entanto, dessas sete, seis são vinculadas a uma Pró-Reitoria.

Em algumas universidades observa-se uma tendência à divisão do trabalho da avaliação entre as pró-reitorias, isto é, a de Graduação seria responsável pela avaliação da graduação e a ProPlan pela institucional, mas, geralmente, esta limitava-se a consolidar alguns dados estatísticos de ordem geral. A atividade de planejamento, segundo os entrevistados, não considerou, para efeitos de suas formulações, os resultados apresentados pelas comissões de avaliação da graduação.

Quanto ao tamanho das comissões, verifica-se que a média é de aproximadamente seis professores membros. A participação discente não é uma característica predominante e o mesmo pode-se dizer com relação a participação dos técnico-administrativos. Estes, a integram, na sua maioria, em razão de seus conhecimentos técnicos. As comissões são constituídas por métodos bastante variados, mesmo no que se refere à indicação do coordenador. Na sua maioria são escolhidos ou pelo reitor ou pelo pró-reitor de graduação ou, então, são compostas por membros do CEP, como pró-reitores ou representantes docentes.

Os servidores são indicados pelo reitor ou pelo respectivo sindicato local. Com relação aos alunos, verifica-se tendência à indicação pelo DCE.

Observa-se, ainda, uma variabilidade muito grande com relação ao perfil acadêmico, seja dos coordenadores, seja dos demais membros professores. Quanto à titulação do coordenador, verifica-se que está distribuída equilibradamente entre mestres e doutores, havendo apenas um com titulação de especialista. Com relação aos demais, verifica-se uma prevalência significativa de doutores. Os afastamentos de membros da comissão, quando aconteceram, deram-se por força de aposentadorias, por assumirem outros compromissos acadêmicos, normalmente cargos de coordenação, ou, ainda, por sobrecarga de trabalho, devido ao fato de já ocuparem outras funções administrativas na universidade.

Do ponto de vista das variáveis de processo, verifica-se que os procedimentos adotados estão, diretamente relacionados ao proposto pelo PAIUB. As diferenças relatadas residem na adição de novas perspectivas ou na não implementação do programa de sensibilização. Observa-se que a grande maioria afirma ter introduzido novos indicadores, com uma prevalência pelos de natureza quantitativa. Nos de natureza qualitativa estão “atendimento a secretarias”, “roteiros de avaliação” e “questões avaliativas”.

O programa de sensibilização foi usado por quase todas as instituições, assumindo a forma de palestras, seminários, visitas, jornais, cartazes, reuniões, dinâmicas de grupo, visitas do pró-reitor de graduação a cada unidade e “retiros”. O processo de avaliação, coerentemente com os princípios do PAIUB, caracterizou-se pela livre adesão, sem qualquer forma de incentivo, em pelo menos dez instituições. No entanto, mesmo instituições que promoveram amplos e profícuos processos de sensibilização, conforme relataram, levando ao envolvimento da comunidade, sentem a necessidade de que o processo seja refeito, a fim de “dar continuidade” ao programa.

A redação de sínteses diagnósticas somente se apresenta em três instituições. Nessas, verificou-se preocupação em apontar seus pontos fortes e fracos. A dificuldade para redigí-la, na maioria dos casos, está, ao que tudo indica, relacionada à sua operacionalização. As subcomissões sentiram-se perdidas diante da massa de dados com que se defrontaram, seja por parte dos indicadores disponíveis, seja por parte dos instrumentos padronizados de auto-avaliação. Em reunião realizada com uma das comissões foi claramente verbalizado:

“O PAIUB deveria dizer o que fazer com isso tudo...Como relacionar estes dados..? Deveria existir uma metodologia mais clara que ensinasse o que fazer com isto tudo...”

Ainda verificamos que o processo de reavaliação está apenas começando, e em poucas instituições, segundo os entrevistados. Mesmo nos casos onde foi verificada a existência de sínteses diagnósticas, a reavaliação, após a avaliação externa, não parece ser objeto de preocupação efetiva por parte dessas instituições.

A composição das comissões de avaliação externa era, praticamente, feita pelas comissões locais. Apresenta uma forte tendência para incluírem especialistas e pesquisadores reconhecidos pelo CNPq. As diretrizes internas para sua composição indicam que deveriam ser amplas, com especialistas em currículos e/ou pedagogos, além de lideranças na área. Das que realizaram avaliação externa, apenas duas experienciaram a participação de empresários e representante de universidade privada. A idéia de participação da sociedade civil no processo de avaliação ainda não se manifestou claramente.

Quando tomamos como referência a publicização dos resultados, verificamos que quando o fizeram, adotaram a forma de relatórios contendo dados não analisados, sendo que apenas três universidades os divulgaram. As demais publicaram apenas os dados setoriais. Ressalte-se que uma das instituições ainda estava processando, como seu principal trabalho, os dados relativos ao período 1989-1994.

Os dados indicam, no que se refere à avaliação dos cursos de graduação, que o processo ainda está concentrado na avaliação interna. Apenas a instituição **A** praticamente concluiu o processo de avaliação externa para todos os cursos (98,65%), seguida pela **B**, que concluiu a avaliação interna em 52% dos cursos e a externa em 30%. No caso da **C** o entrevistado relatou ter concluído a avaliação interna em 78% dos cursos e a avaliação externa em 25,5% dos casos. Na instituição **D** 94,5% teriam concluído a interna e 8,1% a externa. Na **E** 52,2% teriam concluído a interna e 4,1% a externa.

Quando nos reportamos às questões referentes à avaliação dos currículos verificamos que, no caso da avaliação interna, a tendência é analisá-los indiretamente, através da avaliação de disciplinas. Na verdade, a avaliação do currículo, na maioria dos casos, só ocorreu quando se realizou a avaliação externa, através do parecer da Comissão.

A maioria das instituições propõe-se a avaliar os cursos de Pós-Graduação em seus projetos, no entanto, não o fazem de fato, pois segundo os entrevistados, eles já são avalia-

dos pela CAPES. Apenas em uma das instituições foi conduzida a avaliação da pós-graduação a partir da orientação do PAIUB, pois, no outro caso embora tenha afirmado sua realização, tratou-se especificamente da avaliação promovida pela CAPES.

Apenas em duas instituições os entrevistados relatam ter ocorrido a avaliação de departamentos. Num dos casos afirma-se ser o RADOE e o SAC instrumentos fundamentais, mas não encontramos nenhuma síntese dos resultados ou então um diagnóstico da situação observada. A tendência mais forte diz respeito à avaliação indireta, promovida, especialmente, através da avaliação das disciplinas. A avaliação de cursos é a que se apresenta como mais disseminada entre as instituições. Curiosamente, vale destacar que as instituições onde ela mais se manifesta são justamente as de maior porte organizacional.

Tomando como referência as repercussões do processo de avaliação sobre os projetos pedagógicos, verificamos que cinco das instituições investigadas declararam não possuir tais projetos. Das que o possuem pelo menos três declararam que eles não mais configuram-se como referenciais institucionais. As que declararam possuí-los e utilizá-los para referências em suas ações, também declararam estar reformulando-os. Mas, quando os entrevistados foram solicitados a mostrar uma cópia desses projetos, para que pudéssemos verificar sua natureza, alegaram não ser possível, no momento, além de desconhecem sua respectiva natureza. São projetos aprovados, na sua maioria, pelo Conselho Universitário. Nenhuma das IFES que não o possuem estão construindo ou formulando um projeto em função do conhecimento que estão adquirindo sobre si próprias.

Considerando as repercussões sobre o planejamento institucional, verificamos que pelo menos sete das instituições declararam possuir algo equivalente a um plano de metas. Entretanto, segundo os relatos, em duas dessas a avaliação está sendo encaminhada de forma dissociada do processo de planejamento; cinco estão reformulando-o o plano em função das avaliações efetuadas. As que não possuem tais planos, não apresentam indícios de que estariam a construí-los. É interessante ressaltar que quatro das que possuem um plano de metas não evoluíram no programa o suficiente para iniciarem a avaliação externa.

Do ponto de vista das correções setoriais, verifica-se que os cursos estão encaminhando processos de revisão curricular, como consequência das avaliações. No entanto, isso também está sendo efetuado por força das novas diretrizes curriculares preconizadas pela LDB e pelas exigências da Comissão de Especialistas do MEC. A melhoria pe-

dagógica, através de cursos para os professores, de integração ciclo básico e profissional, de mudanças em disciplinas, da revisão de critérios de jubramento e das relações universidade-empresa são outras formas de correção que vem sendo adotadas.

Não deixa de ser surpreendente o fato de um número significativo de universidades estarem conduzindo o processo de avaliação sem que disponham de um referencial sobre como se concebem ou, então, sobre o que compreendem ser a qualidade de “seus produtos”, e mesmo, de como concebem a “crise” que a instituição universitária atravessa. Vale sublinhar o fato de que aquelas que apresentaram este referencial, pelo menos em seus projetos, foram as que mais avançaram no processo de avaliação.

Discussão

Os resultados por nós obtidos, com o instrumental e procedimentos utilizados, indicam que o PAIUB implementou-se, na grande maioria das Universidades, com uma forte tendência para um padrão de configuração quantitativa e padronizada. Isso fica evidenciado pelos inúmeros relatórios contendo apenas expressões numéricas dos indicadores previstos, ou os resultados do instrumental aplicado. A ausência de diagnósticos explícitos sobre a realidade investigada, além do não estabelecimento de relações entre as dimensões avaliadas revelou-se como outra característica. Ele não apresenta nítidas diferenças quanto a sua forma, quando consideramos as instituições que pautaram-se por conduzir o Programa nos moldes originais.

Com relação a participação ampla da comunidade universitária, verificou-se que muito embora as Comissões tenham feito um esforço considerável desenvolvendo atividades de sensibilização, ainda não se estabeleceu uma relação de confiança, especialmente por parte dos docentes, com o PAIUB. Estes, além de temerem o que possa ser feito com os resultados, não acreditam que algo vá mudar em função da avaliação. Essa atitude de desconfiança acentua-se diante da escassez de recursos para sanar as graves deficiências de infra-estrutura com que as universidades se defrontam. E, também, pelo fato de tanto as Reitorias quanto os Conselhos superiores não se envolverem diretamente com a avaliação.

As administrações universitárias não assumem compromissos explícitos de replanejar suas ações em função dos resultados verificados no processo de avaliação, além disso pouco suporte efetivo deram às comissões para a realização do trabalho. Seu apoio assumiu mais o caráter discursivo. Nada evidencia que estejam dispostas a repensar as práticas ad-

ministrativas predominantes. Os conselhos superiores, por sua vez, manifestaram pouco interesse pelo processo, esquivando-se de com ele assumirem compromissos. Tudo se passa como se a questão central residisse no desempenho docente. A condução do processo de avaliação vê-se, assim reduzida à liderança e empenho das comissões centrais.

As comissões centrais foram compostas por participantes que, na sua maioria, aceitaram a função pelo desejo de contribuir e participar do processo. Têm consciência da necessidade de conhecimentos mais aprofundados nos assuntos relacionados à avaliação. São pessoas que acreditavam e acreditam na importância da avaliação e do PAIUB. São apaixonadas pela idéia de uma avaliação conduzida autonomamente, são defensoras da instituição, crentes no potencial do processo em curso. Nelas se concentram a condução e efetivação do processo. São elas, de certo modo, que garantem a sua continuidade e detêm a história do processo. Na verdade, a evolução do processo na instituição depende em muito da paixão que essas pessoas nutrem pela avaliação.

Tais pessoas, no entanto, atormentam-se diante daquilo que consideram ser, por parte do MEC, um atropelo à evolução do processo, com as constantes avaliações paralelas àquelas que estão a conduzir. São atormentadas pela idéia de que tendem a ser percebidas como aqueles que fazem o “jogo” da política oficial. Inquietam-se diante da indiferença e desconfiança da comunidade, com a falta de apoio material, com a dificuldade em institucionalizar o processo, com a dissociação de suas atividades daquelas relacionadas ao planejamento institucional, com o não saber “o que fazer” diante da massa de dados disponível. Preocupam-se com a descontinuidade decorrente da substituição automática da comissão, por força de fim de mandatos. Mesmo as comissões constituídas formalmente por professores e servidores ocupantes de cargos que automaticamente os incluem na comissão, de um modo ou de outro, convivem com estes tormentos.

Do ponto de vista das repercussões da avaliação, no que tange às mudanças relativas ao cotidiano das tarefas acadêmicas, verificamos concentrarem-se na dimensão da graduação e orientadas para processos de revisão curricular. No entanto, o caráter destas repercussões não, necessariamente, está associado ao PAIUB. Isto porque elas também têm sido induzidas pelas novas políticas emanadas do MEC, seja por força das comissões de especialistas, seja por força das recomendações da LDB.

Não se evidenciam indicações de que a avaliação em curso estaria a contribuir, de modo mais consistente, para que se “*repensem os objetivos da Universidade... na perspectiva de uma Universidade mais consentânea com o momento histórico em que se insere*”. Até porque, não se dispõe de uma referência institucional que possibilite este repensar. A ausência de uma concepção de Universidade, de uma concepção de qualidade a ser atribuída ao trabalho realizado são marcas desse processo. Se não sabem o que pretendem, então, também, não têm um padrão de referência para atribuir valor àquilo que realizam.

Para explicar esse caráter limitado na evolução do Programa, temos de considerar o fato de as universidades terem gasto um tempo considerável estruturando, coletando e sistematizando informações. Mas deve ainda ser considerada a ausência de uma direção para o processo avaliativo, de uma metodologia mais explícita de análise, uma vez que o Programa foi formulado mais calcado em princípios. Esta última característica não tem possibilitado, ao que tudo indica, uma compreensão mais clara de seus objetivos e possibilidades. Torna-se necessário avançar além dos princípios e das etapas que hoje caracterizam o PAIUB. Eles são necessários, mas nada indica que estejam sendo suficientes. Aos princípios e etapas que o caracterizam é necessário agregar uma metodologia mais estruturada.

Para a construção dos referenciais de avaliação, as IFES não podem cair na armadilha de esperar o projeto global se estabelecer. Elas têm de assumir uma postura ativa enquanto instância crítica da sociedade, procedendo a uma revisão profunda da imagem do mundo, do contexto que as cerca, das teorias educativas, dos modelos organizativos e estratégias institucionais. A configuração de mundo em emergência as obriga a aprofundar os valores que fizeram possível o surgimento e progresso da humanidade. Desse ponto de vista, podemos dizer que não se trata apenas de as IFES repensarem o PAIUB, mas de repensarem o mundo, para que possamos vislumbrar caminhos de solidariedade, de paz, de dignidade para todos os povos e segmentos sociais. Porém, para isso ocorrer, elas tem que se assumir como agente de mudanças, como uma instância de auto-realização da sociedade.

Por fim, sugerimos, à luz dos princípios que estruturam o PAIUB, que os projetos de avaliação, no âmbito desse Programa, sejam revistos, de modo que as seguintes finalidades sejam alcançadas: a) Avançar na construção de diretrizes metodológicas que delineiem parâmetros para a in-tegração dos dados quantitativos e que estimule a análise qualitativa; b) Estimular o estabelecimento de referenciais institucionais para o processo de avaliação

(projeto pedagógico e planejamento institucional); c) Garantir maior envolvimento de todas as instâncias deliberativas da Instituição e aproximar as atividades de avaliação com as de planejamento institucional; d) Fortalecer a alocação de recursos para o PAIUB, liberando-os de acordo com a evolução do Processo na instituição, através de acompanhamento pelo comitê assessor; e) Agregar ao Comitê Assessor representantes indicados por cada uma das Regionais, dentre aquelas instituições que mais avançaram em termos de abrangência e evolução do programa.

Referências Bibliográficas

- ANDIFES. Uma proposta de Avaliação das Instituições de Ensino Superior. Documento Preliminar. Florianópolis, outubro de 1993.
- CARDOSO, M. L. Avaliação da Universidade: concepções e perspectivas. *Universidade e Sociedade*. Brasília, ANDES, 1991.
- LEITE, D. Avaliações e Tensões: Estado, Universidade e Sociedade na América Latina. *Avaliação*. v.2, n.º 1 (3). Campinas, mar.1997.
- LEITE, D.C. e BORDAS, M. C. Avaliação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: A qualidade da diferença e diferença da qualidade. *Educación Superior y Sociedad*. Venezuela, CRESALQ/UNESCO, v.5 n.º1-2: 109-123, 1994.
- PAIUB. A experiência da Região Sul. *Avaliação*. Ano I, n.º2, Campinas, dez. 1996.
- PAIUB. COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO. Documento Básico Avaliação das Universidades Brasileiras: uma proposta nacional. Brasília, 26 de novembro de 1993.
- PALHARINI, F. A. Caderno NUPES: um novo protagonista na formulação teórica para o Ensino Superior. IN: SGUISSARD, W. e MOROSINI, M. (orgs.) Educação Superior em Periódicos Nacionais. Vitória, CNPq, UFES, 1998.
- PALHARINI, F.A. O Estado do PAIUB em universidades federais da região sul e sudeste: Tormento ou Paixão. Tese de doutorado aprovada no programa de pós-graduação em Educação da UFF. Niterói, maio de 1999. *Mime*.
- RISTOFF, D. I. A Instituição e a mídia. *Avaliação: Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior*. v.2, n.º 1 (3). Campinas, mar.1997.
- RISTOFF, D.I. Princípios do Programa de Avaliação Institucional. *Avaliação: revista da rede de avaliação institucional da educação superior*. Ano I, n.º1, Campinas, jul. 1996.
- SANT'ANNA, H.H.N. e VERAS, N.F.M. O Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB): caminhos percorridos e perspectivas futuras. *Avaliação: Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior*. Campinas, UNICAMP, v.2, n.1(3), mar. 1997.p.53-60.
- SGUISSARD, W. Avaliação universitária em questão: reformas do Estado e da Educação Superior. Campinas, Autores Associados, 1997.
- SOBRINHO, J.D. Editorial. *Avaliação: Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior*. Ano I, n 1, Campinas, UNICAMP. Jul. 1996.
- TRIGUEIRO, M. G. S. A avaliação Institucional nas universidades brasileiras: diagnósticos e perspectivas. Brasília, CRUB, 1998. *Mime*.
- TRINDADE, H. A Avaliação Institucional das Universidades Federais: Resistência e Construção. *Avaliação: Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior*. Campinas, UNICAMP, v.1, nº1, jul. 1996, p.9-14.